



CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026

Edital de Chamamento Público para Credenciamento Eletrônico de prestadores de serviços terceirizados "pessoas jurídicas", **para prestação de serviços de MECÂNICOS EM VEÍCULOS AUTOMOTIVOS LEVES E PESADOS, TORNO E SOLDA, ELETRICISTA AUTOMOTIVO, SISTEMAS DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS DE PORTE LEVE E PESADOS, LANTERNAGEM E PINTURA EM GERAL E ESTOFAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS** para atendimento as demandas do Município de Fátima – TO, Secretaria Municipal de Educação e Fundos Municipais, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Recebimento das Solicitações de Credenciamento Eletrônico

Endereço: www.licitanet.com.br

A modalidade será na forma eletrônica, e toda a documentação deverá ser inserida na plataforma.

Período: O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 13/03/2026, das 08h00 às 13h00, no endereço acima indicado.

Esclarecimentos: Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail cpl@fatima.to.gov.br, ou pelo telefone 63-3363-1337.

Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas regulamentações.

O MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO através do Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.114.801/0001-88, com sede à Rua Porto Alegre nº 179, Centro, Fátima – TO. CEP 77.555-000, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar credenciamento de prestadores de serviços terceirizados "pessoas jurídicas", **para prestação de serviços de MECÂNICOS EM VEÍCULOS AUTOMOTIVOS LEVES E PESADOS, TORNO**



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

E SOLDA, ELETRICISTA AUTOMOTIVO, SISTEMAS DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS DE PORTE LEVE E PESADOS, LANTERNAGEM E PINTURA EM GERAL E ESTOFAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS para atendimento as demandas do Fundo Municipal de Educação de Fátima - TO – TO, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

1.1 É objeto do presente Edital o Credenciamento de empresas especializadas, visando a **credenciamento de prestadores de serviços terceirizados “pessoas jurídicas”, para prestação de serviços de MECÂNICOS EM VEICULOS AUTOMOTIVOS LEVES E PESADOS, TORNO E SOLDA, ELETRICISTA AUTOMOTIVO, SISTEMAS DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS DE PORTE LEVE E PESADOS, LANTERNAGEM E PINTURA EM GERAL E ESTOFAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS para atendimento as demandas do Fundo Municipal de Educação de Fátima - TO – TO**, nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3 O critério de seleção é o previsto no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;**

1.4 A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.5 O presente Edital de Credenciamento vincula-se ao disposto na **Seção II do Capítulo X, c/c Seções I e II do Capítulo VIII, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.**

1.6 Este credenciamento não implica em contratação pela administração. Para as eventuais e futuras contratações serão realizadas, preferencialmente, a publicação de chamamento para contratação, a depender da demanda, com as condições e prazos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

2.3 Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pela Prefeitura Municipal de Fátima - TO.

2.4 Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão serem apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.

2.5 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.

2.6 Será respeitada a ordem cronológica de apresentação do requerimento de credenciamento, para seleção dos interessados.

2.7 A seleção do credenciado fica condicionada ao atendimento dos requisitos de habilitação exigidos no Edital.

2.8 Não serão aceitos protocolos de entrega da documentos na forma presencial.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.1 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
- b)** Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
- c)** Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;

- e)** Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;

g) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.

i) Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

3.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- e) Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- f) Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Alvará de Localização e/ou Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal sede do licitante, em plena validade e compatível com o objeto do certame ou documento/protocolo que comprove a solicitação da entrada na documentação para regularização do Alvará.

3.3 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E CAPACIDADE TÉCNICA

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 03 (três) meses da data de entrega da solicitação de credenciamento, somente para pessoas jurídicas constituídas há mais de 01 (um) ano.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com autenticação na junta comercial do estado da licitante, no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

c) Atestado(s) de Capacidade Técnica para comprovação de aptidão e execução do objeto/serviço de forma satisfatória, pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com assinatura digital e/ou firma reconhecida de quem o subscreveu.

3.4 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo III);

4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.

4.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Contratação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de entrega na plataforma.

4.3 A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar via sistema os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

4.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

5. DOS RECURSOS

5.1 O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Licitação via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação do Diário Oficial do Município de Fátima - TO.

5.2 O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Comissão de Contratação e protocolado na plataforma LICITANET, ou pelo e-mail: cpl@fatima.to.gov.br.

5.3 O recurso não terá efeito suspensivo.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 Após a análise documental, a Comissão de Contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2 O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

6.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

publicação no Diário Oficial do Município de Fátima - TO, quando então será convidado a assinar o Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico www.fatima.to.gov.br e publicada no Diário Oficial do Município de Fátima - TO.

7. DA ALOCAÇÃO DOS VOLUMES E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 O Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Fátima - TO.

7.2 A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

7.3 Considerando que a opção da Administração pelo credenciamento de postos de combustíveis, com base dispostos na Seção II do Capítulo X, c/c Seções I e II do Capítulo VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o art. 79, inciso I, art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, tem o objetivo de reduzir a complexidade e aumentar a celeridade e a eficiência do processo de contratação, este edital possui um prazo de vigência de 12 (doze) meses pelos seguintes motivos elencados abaixo:

- a) Inviabilidade de mensurar quantos interessados surgirão para se credenciar, na hipótese de manter o Edital de Chamamento público permanentemente aberto para o credenciamento a novos interessados;
- b) Considerando que o Edital de Chamamento público permanentemente aberto, cria a possibilidade de contratação de um número de fornecedores muito superior àquele passível de ser gerido e fiscalizado, pois a demanda das quantidades e limites financeiros disponíveis para o objeto de contratação está a critério de terceiros, não permitindo a contratação imediata e simultânea de todos os que vierem se credenciar;
- c) Considerando o limite orçamentário global do Edital, conforme o item 9.7, não é viável a elaboração para cada credenciado um contrato com o valor total do Edital, embora cada contrato não deva ser cumprido integralmente.

7.4 Assim, visando garantir a gestão e fiscalização dos contratos, serão adotados critérios objetivos de distribuição da demanda. Prestigiando o princípio da isonomia, impondo a necessidade de tratar todos os interessados aptos no credenciamento de maneira igualitária.

7.5 Os interessados no credenciamento originado deste chamamento público, formalizarão contrato administrativo por meio de Inexigibilidade de Licitação, uma vez as empresas aptas a prestação dos serviços em tela serão contratados pelo preço médio estimado conforme mapa de apuração de preços, apenso ao processo.

7.6 A empresa credenciada será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato com o Município de Fátima - TO, de acordo com a minuta contratual



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

relacionada no Anexo, deste Edital.

7.7 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mediante solicitação e justificativa da empresa credenciada.

7.8 Para o fornecimento, o contrato deverá estar devidamente assinado e publicado seu extrato no Diário Oficial do Município e mural público na prefeitura Municipal de Fátima - TO, nos termos legais, mediante autorização de fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no presente edital.

7.9 A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

8.1 Os fornecimentos prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo IV;

8.2 Os preços propostos já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como serviços de frete, carga, descarga, transporte, embalagens, mão-de-obra, assistência, garantia pelo prazo estipulado no Termo de Referência, impostos, taxas, bem como quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre o objeto e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços.

8.3 O valor fixado para cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, **podendo ser realizada em momentos distintos o que pode variar em possíveis alterações nos preços dos combustíveis conforme aumento realizado pela tabela da ANP, tendo como fundamentação o previsto no art. 135, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

8.4 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Fátima - TO até o 5º (quinto) dia útil para empresas locais e 10º dia útil para empresas não locais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

8.5 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.6 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

8.7 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Fátima - TO.

8.8 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

8.9 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

8.10 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Fátima - TO.

9. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

9.1 A Prefeitura Municipal de Fátima – TO poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

9.2 Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.

9.3 O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4 Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5 Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Contratação, que opinará em 03 (três) dias úteis e as submeterá ao Secretário(a) Municipal de Educação para tomada de decisão.

9.6 Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Educação poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Contratação, entregues na plataforma LICITANET, ou e-mail: cpl@fatima.to.gov.br.

10.2 Caberá à Comissão de Contratação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

11.1 As obrigações do Credenciado constam do item 8 do Anexo I – Termo de Referência e as convencionadas em Termo de Contrato a ser formalizado.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

12.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

12.2 Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

12.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

12.4 Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

12.5 Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

12.6 Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;

12.7 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

12.8 A Prefeitura Municipal de Fátima – TO, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

12.9 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.10 Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

12.11 Demais obrigações avençadas no Termo de Referência, em Termo Contratual e em observâncias a Lei nº 14.133/2021.

13. DA EXTINÇÃO DO CREDENCIAMENTO

13.1. A empresa credenciada, quando não conseguir praticar os preços relacionados pelo Município de Fátima - TO, poderá solicitar o seu descredenciamento, mediante requerimento direcionado ao Prefeito Municipal.

13.2. A empresa será obrigada a fornecer os produtos até o deferimento de seu descredenciamento, nas condições e nos preços relacionados pela Administração.

13.3. Havendo recusa injustificada no abastecimento da frota municipal, estando mantido o seu credenciamento, a empresa estará sujeita às sanções administrativas previstas nos termos da Lei 14.133/2021.

13.4. Será descredenciada a empresa que, sem prévia autorização do Município de Fátima - TO, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente do futuro contrato.

13.5. Será descredenciada a empresa submetida a processo de falência, salvo no caso de homologação do plano de recuperação judicial.

13.6. O Município de Fátima - TO poderá, unilateralmente, promover o cancelamento do credenciamento quando verificar maior vantajosidade na contratação por meio de regular processo licitatório.

13.7. O descredenciamento poderá ocorrer ainda nos casos elencados nos incisos I a IX do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133 /2021.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

14.1. As empresas credenciadas estarão sujeitas serão responsabilizados pelos cometimentos das infrações especificadas no Art. 155 da Lei 14.133/2021, onde serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas no Art.156 da Lei 14.133/2021.

14.2. Na aplicação das sanções previstas, será facultada a defesa do interessado nos prazos permitidos em Lei, contados da data de sua intimação.

14.3. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

15. DAS CONDUTAS DE PREVENÇÃO DE FRAUDES E CORRUPÇÃO

15.1 Os credenciados devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

e) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

f) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O Município de Fátima - TO designará um servidor para realizar a fiscalização do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Além do acompanhamento e da fiscalização do fornecimento, o fiscal do Contrato poderá, ainda, recusar fornecimento em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

16.3. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, o fiscal designado deverá de imediato, comunicar por escrito à Secretaria demandante, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

17. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

17.1. Nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133 /2021, o Município de Fátima - TO, poderá revogar o presente Chamamento Público e os contratos dele decorrentes, no todo ou em parte, por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-los por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, devendo o ato ser publicado no Diário Oficial do Município e Mural Público, sem que assista aos contratados direito à indenização.

18. DOS CASOS OMISSOS



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

18.1. Os casos omissos relacionados a este documento regular-se-ão pelos preceitos do Direito Público aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133 de 2021.

18.2. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo esta submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.

19.2. Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à Prefeitura Municipal de Fátima – TO.

19.3. O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.

19.4. A Prefeitura Municipal de Fátima – TO poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

19.5. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.6. É competente o Foro da cidade de Paraíso do Tocantins – TO, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação

20. ANEXOS DO EDITAL

20.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

Anexo III - Solicitação de Credenciamento e Declarações.

Fátima - TO, 23 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ANTONIO SANTOS
ANDRADE
Prefeito



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO

ANEXO I

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 40, § 1º da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021)

DEMANDANTES: Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

1. DO OBJETO

1.1 Credenciamento de prestadores de serviços terceirizados "pessoas jurídicas" para prestação dos serviços previstos na Tabela do Item 4 deste Termo de Referência, visando atender as demandas da Prefeitura (secretarias vinculadas) e Fundos do Município de Fátima - TO.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação descrita neste Termo de Referência se justifica pela necessidade de credenciamento de prestadores de serviços terceirizados "pessoas jurídicas", **para prestação de serviços de MECÂNICOS EM VEÍCULOS AUTOMOTIVOS LEVES E PESADOS, TORNO E SOLDA, ELETRICISTA AUTOMOTIVO, SISTEMAS DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS DE PORTE LEVE E PESADOS, LANTERNAGEM E PINTURA EM GERAL E ESTOFAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS** para atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Fundos Municipais considerando a grande demanda dos mencionados serviços.

2.2 É possível a contratação dos diversos serviços especializados (**MECÂNICOS EM VEÍCULOS AUTOMOTIVOS LEVES E PESADOS, TORNO E SOLDA, ELETRICISTA AUTOMOTIVO, SISTEMAS DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS DE PORTE LEVE E PESADOS, LANTERNAGEM E PINTURA EM GERAL E ESTOFAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS**) por meio de credenciamento, via chamamento público. Para tanto, devem ser observados os preceitos legais, jurisprudenciais e doutrinários relativos a essa hipótese de inexigibilidade. Além disso, os critérios de qualificação técnica a ser exigidos devem ser mínimos, apenas no limite necessário para resguardar pleno atendimento ao interesse público.

2.3 Assim, devem ser priorizados integralmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

2.4 Os(As) credenciados(as) serão designados(as) para atuação mediante rodízio,



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

iniciando-se por ordem de credenciamento, tendo em vista que poderá haver a execução simultânea de um ou mais serviços, ou seja, se o primeiro credenciado estiver executando um serviço e estiver credenciado para outro e este necessitarem ser executado, o Município convocará o segundo credenciado para que realize o serviço, e assim sucessivamente.

2.5 Ocorre a necessidade desses tipos de mão de obra, em virtude da grande demanda de serviços em várias frentes, voltadas a manutenções preventivas e corretivas em veículos (leves/pesados) da frota municipal, objetivando a conservação, considerando a grande demanda dos mencionados serviços e, ainda, a insuficiência de servidores para execução direta.

2.6 Sendo assim, o presente decorre da necessidade que o município de Fátima - TO, através de da Secretaria Municipal de Educação, e Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, tem em garantir profissionais com expertise adequada para realização da manutenção preventiva e corretiva voltadas a conservação, sendo a, opção pelo credenciamento que fundamenta-se na possibilidade de a administração municipal credenciar o maior número possível de prestadores de serviços que atendam às exigências mínimas contidas neste Termo de Referência e no Edital de Chamamento. Pretende-se ainda, através do credenciamento, dar cumprimento à lei das microempresas e empresas de pequeno porte, fomentar a economia local e ampliar a gama de prestadores de serviços, de modo a se prestigiar a economicidade e eficiência.

2.7 Assim, diante da solução proposta de executar diversos serviços em várias frentes, verificamos uma hipótese de inviabilidade de competição, visto que uma licitação na modalidade pregão tecnicamente haveria inviabilidade de competição para contratar inúmeros profissionais em cada área específica.

2.8 Por outro lado, a solução convencional seria uma licitação que poderia contratar inúmeros profissionais, através de uma empresa, todavia, o município não teria recursos financeiros para pagar devidos os custos elevadíssimos desta contratação, sendo descartada essa alternativa.

2.9 Por derradeiro, justifica-se ainda a necessidade, uma vez que este Município de Fátima - TO através da Secretaria Municipal de Educação e Fundos Municipais, em sua estrutura administrativa, não possui em seu quadro profissionais qualificados e em números suficientes para exercer tal função.

2.10 Diante do exposto, fica demonstrado de forma inequívoca que somente através do credenciamento poderá atender as necessidades da Administração, e que não haverá prejuízo ao princípio da isonomia entre os profissionais, uma vez que será garantida igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

preço por ela definido, e a contratação recairá sobre todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pela Administração, não havendo relação de exclusão.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - Credenciamento; [...];

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

[...];



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

3.2 Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas regulamentares pertinentes aos serviços executados, à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – e, ainda, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E VALORES DOS SERVIÇOS

ITEM	ESPECI. TECNICA	UND	SOCIAL	SAÚDE	ADM	EDUCAÇÃO	QNT	ESTIMADO	TOTAL
1	Serviços de Torno e solda	HR	10		120	100	230	185	R\$ 42.550,00
2	Serviços de Elétrica veículo pesado	HR			80	100	180	190	R\$ 34.200,00
3	Serviços de ar condicionados automotivos de porte leve	HR	15	30	50	80	175	168,33	R\$ 29.457,75
4	Serviços de ar condicionados automotivos de porte pesado	HR			60		60	178,33	R\$ 10.699,80
5	Serviços de Elétrica veículo leve	HR	15	15	25	25	80	181,67	R\$ 14.533,60
6	Serviços de mecânica veículos leves	HR	30	30	30	30	120	206,67	R\$ 24.800,40
7	Serviços de mecânica veículos pesados	HR			350	500	850	233,33	R\$ 198.330,50
8	Serviços de Funilaria e Lanternagem	HR	20	30	50	50	150	176,67	R\$ 26.500,50
9	Serviços de Reforma estofamento veicular	HR			30	75	105	176,67	R\$ 18.550,35
			90	105	795	960	1950		R\$ 399.622,90

Segue a descrição da frota municipal

ITEM	VEICULOS	PNEU	PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO
1	CAMIONETE NISSAN FRONTIER	245/70 R 16	RSA 8140	ADM	2021/2021
2	CAMIONETE RANGER FORD	255/70 R 17	TVC 1173	GABINETE	2025/2026
3	VAN TETO ALTO	215/75 R 16	RSF 5D79	ADM	2020/2021
4	MOTO BIZ 110 BRANCA	60/100 R 17	QKE 9768	ADM/CONS. TUTE.	2016/2017
ITEM	VEICULO	PNEU	PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO
5	ÔNIBUS	275/80 R 17.5	MWS 8415	EDUCAÇÃO	2009/209 INDUSCAR
6	MICRO-ÔNIBUS	215/75/ R 17.5	MXB 6854	EDUCAÇÃO	2009/2009 VOLARE
7	ÔNIBUS	900/20	OLL 1937	EDUCAÇÃO	2012/2013 15.190
8	ÔNIBUS	900/20	OLL 1927	EDUCAÇÃO	2012/2013 15.190
9	MICRO-ÔNIBUS	215/75/ R 17.5	QKJ 2123	EDUCAÇÃO	2017/2018 NEO BUS
10	HONDA MOTO/BIZ 110	60/100 R 17	QKE 9798	EDUCAÇÃO	2016/2017
11	HONDA MOTO/BIZ 110	60/100 R 17	QKE 9788	EDUCAÇÃO	2016/2017
12	ÔNIBUS NOVO	750/ R 16	QWA 9401	EDUCAÇÃO	VOLARE
13	ÔNIBUS NOVO	215/75/ R 17.5	QWE 7D63	EDUCAÇÃO	NEO BUS



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

14	ÔNIBUS NOVO	215/75/ R 17.5	QWE 7A58	EDUCAÇÃO	NEO BUS
15	ONIBUS VW MASCARELO ROMA	275/ R 22.5	QKE 2859	EDUCAÇÃO	2014/2014 VW
16	MICRO-ÔNIBUS	215/75/ R 17.5	OLL 4E42	EDUCAÇÃO	NEO BUS 8.180 24/24
17	YARIS TOYOTA	185/60 R 15		EDUCAÇÃO	2024/2025
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO
18	PATROL PAC 2	14.000 - 24		TRANSPORTE	
19	MOTONIVELADORA XCMG	17.5 - 25		TRANSPORTE	
20	PÁ CAREGADEIRA JOODE	20.5 - 25		TRANSPORTE	
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO
21	RETO ESCAVADEIRA XCMG	12- 16.5		AGRICULTURA	
22	RETO ESCAVADEIRA XCMG	12- 16.5		AGRICULTURA	
23	GRADE 14 DISCO CHLER	245/70 R 16		AGRICULTURA	
24	CARRETA DE TRATOR FACCHINI	750 R 16		AGRICULTURA	
25	CAMINHÃO CAÇAMBA 2729 - PAC-2	900 / 20	OYC 0522	AGRICULTURA	
26	TRATOR CASE	1300 / 24		AGRICULTURA	
27	TRATOR CASE	18.4-34		AGRICULTURA	
28	GRADE ARADORA 14 DISCO	245/70 R 16		AGRICULTURA	
29	GRADE ARADORA 14 DISCO	245/70 R 16		AGRICULTURA	
30	CAÇAMBA 13.190 TOCO DISTRIB. CALCARIO	275/80 R 22.5	QKE 3006	AGRICULTURA	
31	TRATOR AZUL NOVO NEW HOLLAND	12.4 - 24		AGRICULTURA	
32	STRADA	195/60 R 15	RSE5C17	AGRICULTURA	
33	TRATOR JONH DEERE 5080E			AGRICULTURA	
34	CAMINHA IVECO NOVO	TVB6B97		AGICULTURA	2024 TECTOR 15-210
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETÁRIA	ANO/MODELO
35	TANQUE REBOQUE COM 4 RODAS COM MOTOR ACLOPADO.	245/70 R 16		MEIO AMBIENTE	
36	CAMINHÃO VW-13.190 (LIXO).	275/80 R 22.5	QKE 0389	MEIO AMBIENTE	2014/2014
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETÁRIA	ANO/MODELO
37	AMBULANCIA STRADA	205/60 R 15	RPD8B34	SAÚDE	2022/2022
38	AMBULANCIA STRADA	205/60 R 15		SAÚDE	2022/2022
39	AMB. FURGÃO RENALT MASTER	225/65 R16	SCY9F08		2021/2022
40	HONDA MOTO/NXR BROS 160	90/90 R 19	QKE 9878	SAÚDE	2016/2017
41	HONDA MOTO/NXR BROS 160	90/90 R 19	QKE 9868	SAÚDE	2016/2017
42	HONDA MOTO/BIS 110I	60/100 R 17		SAÚDE	2020/2020



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO

43	HONDA MOTO/BIS 110I	60/100 R 17		SAÚDE	2020/2020
44	AMBULANCIA SAVEIRA	205/60 R 15	QKF 2048	SAÚDE	2016/2017
45	GOL 1.0 - BRANCO	175/70 R 14	QKK 7848	SAÚDE	2016/2017
46	HONDA MOTO/CG 160 START	90/90 R 18	QKF 2028	SAÚDE	2016/2017
47	SPIM 1.8 LTZ	205/60 R 15	QKF 2358	SAÚDE	2016/2017
48	YARIS TOYOTA	185/60 R 15		SAÚDE	2024/2025
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETÁRIA	ANO/MODELO
49	HONDA MOTO BIZ 110I	60/100 R 17	QKE 9858	SOCIAL	2016/2017
50	CAMINHÃO DELIVERY VW 9.170	215/R 17.5	QWF 1J60	SOCIAL	2020/2020
51	YARIS TOYOTA	185/60 R 15		SOCIAL	2024/2025

4.1 As especificações e os quantitativos dos serviços constam a seguir, com valor unitário definido para cada contratação prevista neste Termo, elaborado com base nos valores apurados através de cotações de contratações similares feitas pela administração pública através de Banco de Preços e busca de proposta de Fornecedores diretos (Art. 23, Incisos II e IV da Lei 14.133/2021), apresentados em Mapa de Apuração de Mercado e Declaração e Justificativas sobre a Pesquisa de Preços apensos ao Processo, para cada item deste Termo de Referência.

4.2 A média dos valores obtidos representa a melhor opção, considerando a quantidade demandada e a necessidade de agilidade na entrega dos serviços. A consideração do valor unitário observou-se a questão operacional, sendo que pode-se credenciar vários fornecedores para o mesmo evento.

Em alguns casos foram consultados fornecedores diretamente, considerando a necessidade do fornecimento. Observou-se ainda o custo logístico para com a realização do serviços, que se torna minimizado com a escolha de fornecedores da cidade para aferição de preços a serem definidos. Importante ressaltar que a cidade de Fátima - TO possui variedade de fornecedores que atuam no fornecimento pretendido. Tal fato pode ser constatado pelo número de fornecedores que forneceram orçamentos.

Item	Descrição das Atividades
1.	Eletricista Automotivo em geral: Atividades: realizar instalação e manutenção elétrica preventiva e corretiva em veículos e maquinários; montar sistemas e aplicar testes de funcionamento; trabalhar com o sistema elétrico de automóveis; diagnosticar problemas no sistema elétrico de automóveis; substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, devolvendo ao sistema elétrico veicular condições normais de funcionamento; levantar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços solicitando os itens faltantes, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

2.	Sistemas de ar condicionados automotivos de porte leve e pesados: Atividades: Capacidade técnica para realizar manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado de veículos leves e pesados. Disponibilidade de equipe técnica qualificada e certificada para execução dos serviços. Comprovação de experiência prévia em serviços semelhantes. Disponibilidade para atendimento emergencial em casos de falhas inesperadas do sistema; ter cuidado com a prevenção de acidentes de trabalho; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade; realizar demais atividades inerentes aos serviços que lhe forem determinados.
3.	Torno e Solda: Atividades: Operar torno, fazer a interpretação e a leitura de desenhos em aparelhos de medição, como: micrômetro, súbito, paquímetro e micro. Fazer faceamento, torneamento, rosqueamento e furação; Unir materiais, geralmente metais ou termoplásticos, por meio de calor, pressão ou ambos. Usar processos de soldagem como TIG, MIG, MAG, eletrodo de haste, arco submerso, fio fluxado e outros para criar o que chamamos de "soldagem"; Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério do seu superior imediato.
4.	Mecânico em geral (veículos leves, pesados): Atividades e capacidades: conhecimento geral e específico das técnicas de conserto de veículos. motor: retificação parcial ou total; transmissão: conserto, troca e adaptação; sistemas de freio: conserto, troca e recuperação; sistemas de suspensão: conserto, troca e recuperação; sistemas de injeção eletrônica; conserto, troca e recuperação; conhecimento geral e específico das técnicas de lubrificação de veículos automotores; abastecimento, lubrificação e emprego de graxas; atualização de tecnologias inerentes a profissão de mecânico; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.
5	Funilaria e Lanternagem: Atividades e capacidades: conhecimento geral e específico das técnicas de funilaria e lanternagem veicular. As atividades de funilaria e lanternagem incluem: diagnóstico de danos na carroceria, desamassamento e alinhamento de peças, soldagem de componentes metálicos, reconstrução de painéis com massa, lixamento para nivelar a superfície, montagem/desmontagem de peças, e preparação para pintura, resultando na recuperação da aparência e integridade estrutural do veículo; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.
6	Reforma de estofamento veicular: Atividades e capacidades: conhecimento geral e específico das técnicas de reforma e estofamento veicular. As atividades para reforma de estofamentos veiculares incluem desmontagem, inspeção, limpeza e reparos de estrutura, corte e preparação de tecidos, costura, aplicação do novo estofado, reparos de partes internas (como espumas, cintas) e montagem. É também importante incluir a higienização para eliminar bactérias e odores, além de orçamentação, gestão de materiais e orientação ao cliente sobre os melhores materiais e acabamentos para garantir a qualidade e durabilidade; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

4.3 4.4. Os itens listados, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade.

4.5. A quantidade estimada para o presente Credenciamento, relacionado neste Termo de Referência, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento.

5. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

5.1 A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de anexo pré-



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de até 12 meses.

5.2 O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

5.3 A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de até 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base na Lei nº. 14.133/2021.

5.4. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1 Os serviços serão executados de acordo com cronograma realizado, que serão prestados no Município de Fátima - TO, nos locais, dias e horários definidos pela Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação ou Fundo que irá precisar do serviço, em alguns casos com o prévio agendamento, que será informado em até dois (02) dias úteis anteriores a execução dos serviços nas seguintes condições:

- a)** Cada prestação de serviços deverá ser realizada conforme as necessidades e demandas da Secretaria solicitante, devendo a convocação ser realizada através da entrega de ORDEM DE SERVIÇO. As atribuições poderão ser feitas de forma simultânea ou, em caso de necessidade, sob a forma de rodízio, de modo a sempre manter uma distribuição isonômica entre os credenciados.
- b)** Após o credenciamento, a chamada será realizada por ordem de credenciamento para definir quem prestará o serviço indicado, desde que o credenciado tenha disponibilidade para executar os serviços no período. Caso contrário será repassado ao próximo credenciado registrado ou que esteja na vez e assim sucessivamente, a redistribuição de serviço será repetido tantas vezes quantas necessárias para atender a toda a demanda.
- c)** Para os serviços contratados em diária caso a execução do serviço da única chamada do dia seja realizada em menos de meio dia, será considerado meio dia para efeitos de pagamento, e se ultrapassar meio dia, contar-se-á o dia se assim se fizer.
- d)** Para os serviços contratados em horas caso a execução do serviço da única chamada do dia seja realizada em menos de uma hora, será considerada a hora completa para efeitos de pagamento, ou seja, se ultrapassar de uma hora, contar-se-á a hora fracionada se assim se fizer.
- e)** O credenciado deverá usar equipamentos/ferramentas e manuais, bem como EPIs exigidos na legislação para o tipo de serviço prestado, de sua propriedade necessários à execução dos serviços.

6.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

documentos que vinculam o prestador.

6.3 A verificação da conformidade das especificações dos serviços ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os serviços serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do objeto.

6.4 Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos serviços, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para o Município de Fátima - TO.

6.5 Caso atrase na execução dos serviços ou se recuse a realizar a reexecução, o prestador estará sujeito a sanções administrativas, sendo que a reexecução dos serviços passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira execução.

6.6 A Prefeitura do Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação, e seus Fundos Municipais, reserva-se ao direito de impugnar os serviços executados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

6.7 Na execução dos serviços, somente será permitido o emprego de profissionais capacitados, não se admitindo, sob qualquer hipótese, serviço parcial, incompleto, defeituoso e/ou fora do padrão esperado.

6.8 Os serviços prestados serão remunerados por horas, diárias e meses na conformidade dos serviços especificados, de acordo com os valores constantes em neste Termo de Referência, sendo o pagamento realizado por meio de depósito em conta corrente titularizada pelo credenciado.

6.9 Cabe ao credenciado comunicar a Secretaria solicitante com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas corridas anteriores ao evento, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços, ou quando verificar condições inadequadas ou na iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 O profissional designado tem a incumbência de:

a) Conferir qualitativa e quantitativamente os serviços, recusando-os caso não



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;

b) Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;

c) Fornecer ao prestador qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos serviços contratados;

d) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

e) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.3 O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

7.4 A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

7.5 A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Prefeitura do Município de Fátima – TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais.

7.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.7. Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Credenciado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

7.8. Das decisões da fiscalização poderá o Credenciado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR

8.1 Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Contratante;

8.2 Executar os serviços conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

8.3 Executar os serviços no prazo e local estabelecidos nesse Termo de Referência,



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao uso, garantia ou validade;

8.4 Responsabilizar-se pela qualidade e durabilidade do resultado dos serviços executados;

8.5 Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

8.6 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

8.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.8 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

8.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Fátima - TO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

8.10 Comunicar à Prefeitura do Município de Fátima – TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Fátima – TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais;

8.12 Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

8.13 Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;

8.14 Emitir e apresentar certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Sefaz do Estado do prestador), Receita Municipal (emitida no município do prestador), Trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;

8.15 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Fátima – TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais, cujas reclamações se obriga a atender;



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

8.16 Qualquer dano causado ao patrimônio do Município de Fátima - TO na execução dos serviços serão ressarcidos pelo prestador, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

8.17 Prestar ao Município de Fátima - TO (CREDENCIANTE) esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do credenciamento;

8.18 Comunicar ao Município de Fátima - TO (CREDENCIANTE), por escrito, mudança de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo;

8.19 Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Administração do Município de Fátima - TO, atendendo às suas normas e diretrizes;

8.20 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;

8.21 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

8.22 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento;

8.23 A inadimplência do prestador do serviço, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Fátima - TO (CREDENCIANTE), nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o prestador do serviço (CREDENCIADO) renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Fátima - TO.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

9.2 Informar ao prestador sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo prestador, relacionados com o objeto pactuado;

9.4 Comunicar por escrito, ao prestador, quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a reexecução do serviço defeituoso ou incompleto e que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

9.5 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

9.6 A Prefeitura do Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021, no Item 10 deste Termo de Referência e demais cominações legais;

9.7 Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

9.8 Proporcionar as condições para que o prestador possa cumprir as obrigações pactuadas.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c)** dar causa à inexecução total do contrato;
 - d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
-



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,

conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A sanção prevista na letra "a" do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra "a" do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5 A sanção prevista na letra "b" do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.5 A sanção prevista na letra "c" do item 10.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.6 A sanção prevista na "d" do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "h", "i", "j", "k" e "l" do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra "c" do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7 A sanção estabelecida na letra "d" do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.8 As sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra "b" do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

10.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11 Na aplicação da sanção prevista na letra "b" do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12 A aplicação das sanções previstas nas letras "c" e "d" do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

10.13 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.14 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.15 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.16 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Fátima – TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais até o 5º (quinto) dia útil para empresas locais e 10º dia útil para empresas fora do município, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

11.2 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.3 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município de Fátima - TO.

11.5 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

11.6 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.7 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao prestador.

11.8 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Fátima - TO.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Fátima - TO, para o exercício de 2026, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.04.122.0002.2002	3.3.90.39	215	1.500.0000.000000
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.04.122.0002.2004	3.3.90.39	24	1.500.0000.000000
MANUT. DA AGRICULTURA			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.20.122.0002.2045 03.20.605.0002.1017 03.20.608.0002.2044 03.20.608.0002.2052	3.3.90.39	73	1.500.0000.000000
MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTES			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.04.15.782.0002.2038	3.3.90.39	206	1.500.0000.000000
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.04.18.541.0002.2039	3.3.90.39	142	1.500.0000.000000
MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE DESPESA	FICHA	FONTE
04.10.122.0005.2076	3.3.90.39	319	1.500.1002.000000 1.600.0000.000000
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE DESPESA	FICHA	FONTE
07.12.361.0004.2025 07.12.361.0004.2028 07.12.361.0004.2029	3.3.90.39	475	1.500.1001.000000 1.530.0000.000000 1.553.0000.000000



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

07.12.361.0004.2057			1.575.0000.000000
---------------------	--	--	-------------------

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTES
05.08.122.0003.2067	3.3.90.39	360	1.500.0000.000000

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

13.1. Os serviços serão pagos conforme relatórios dos serviços prestados e atestados pelos servidores designados pela Secretaria solicitante.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Fica assegurado à PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FÁTIMA - TO, o direito de proceder análises e outras diligências, a qualquer tempo, na extensão necessária, a fim de esclarecer possíveis dúvidas a respeito de quaisquer dos elementos apresentados no transcurso do processo.

14.2 Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento.

14.3 A autoridade competente poderá revogar o credenciamento por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que disso ocorra qualquer direito de indenização ou ressarcimento de qualquer natureza ao interessado.

14.4 O MUNICIPIO DE FÁTIMA - TO, poderá, a qualquer tempo e na forma da lei, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento.

14.5 Este edital ficará aberto pelo período de 12 (doze) meses, visando que, possíveis interessados, possam vir a postular o seu credenciamento, desde que atenda aos critérios, estabelecidos, neste instrumento convocatório.

14.6 As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto deste credenciamento serão prestados pela Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Fátima - TO, por meio do e-mail: cpl@fatima.to.gov.br.

14.7 Vale ressaltar que o Edital para Credenciamento será devidamente divulgado, na imprensa oficial no município e no site do Município, e também no átrio do Paço Municipal.

Fátima - TO, 13 de fevereiro de 2026.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:	APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA:
--	--------------------------------------



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

Secretário Municipal de Administração	JOSÉ ANTONIO SANTOS ANDRADE Prefeito Municipal
Secretário Municipal de Educação	
Fundo Municipal de Saúde	
Fundo Municipal de Assistência Social	



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/2026

MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO, CNPJ nº **00.114.801/0001-88**, com sede na Rua Porto Alegre, nº179, centro, Fátima – TO, representado neste ato pelo Sr. Prefeito **José Antonio Santos Andrade**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade: 319.794 2º via SSP/TO e CPF 708.163.871-68, residente e domiciliado na Cidade de FÁTIMA - TO;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FÁTIMA – TO, CNPJ Nº 14.764.122/0001-69, com sede à Rua Porto Alegre Nº 179, Fátima – To, CEP:77555-000, representado por sua atual Gestora **Francisca Joilma Patrício Farias Andrade**, portadora do RG nº 761.990 2º via, CPF nº 010.674.181-05 residente e domiciliada na Cidade de Fátima-TO;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.138.386/0001-44, sito à Rua Belo Horizonte, nº 150, centro, Fátima – TO, representado por sua gestora a Sra. **Maria Eunice Rodrigues Amorin**, brasileira, casada, portadora da RG Nº 3.135.621 2º via SSP- GO e CPF Nº 576.480.261-04, residente e domiciliada na cidade de Fátima – TO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ nº 30.550.527/0001-50, com sede na Rua Porto Alegre, nº179, centro, Fátima – TO, representada neste ato pelo Gestor o Sr. **Gerbson Cleyto Pereira Alves**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade: nº 242.699 2º via, portador do CPF nº 718.936.601-68, residente e domiciliado na cidade de Fátima TO, doravante denominados de **CREDENCIANTES**, e xxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, com sede à Rua xxxxx, nº xxxxxx, Bairro xxxxx, Cidade ---, CEP xxxxx, doravante denominado de **CREDENCIADO**, neste ato representada por xxxxxxxx, nacionalidade, profissão, portador da CI/RG nº xxxxx SSP/xxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxx, acordam proceder ao presente contrato, nos termos da Inexigibilidade de Licitação nº xxxx/2025, Edital de Credenciamento nº xxx/2025, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Pelo presente instrumento, credencia-se a prestação, pelo Credenciado, de prestação de serviços de, na conformidade do especificado no Termo de Referência– Anexo I.

CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente instrumento decorre do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2026, Edital de Credenciamento nº xxxx/2026, Processo Administrativo nº



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

...../2026.

2.2 Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital de Credenciamento nº xxx/2026, bem como seus Anexos.

CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1 O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento por serviços nos termos do Edital de regência com seus respectivos Anexos.

3.2 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

3.3 Os serviços deverão ser solicitados pela Secretaria solicitante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

3.4 Após a emissão da Autorização de Fornecimento e respectivo empenho, o Credenciado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para dar início à execução dos serviços.

3.5 Os serviços deverão ser executados de segunda a sábado, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos locais indicados pela Secretaria solicitante.

CLÁUSULA IV – DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Na Tabela abaixo estão previstas as descrições, quantidades e valores unitários de cada serviço a ser realizado pelo Credenciado, conforme demanda:

Item	Unid	Quant.	Descrição	Preço definido R\$
1.	xxxxxxxx	xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX..	R\$ xxxxxxxxxxxxxx

4.2 O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

4.3 Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura do Município de Fátima – TO, através da Secretaria Municipal de Educação, e Fundos Municipais até o 5º (quinto) dia útil para empresas locais e 10º dia útil para empresas não locais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

4.4 Os serviços serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.

4.5 Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.6 É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.

4.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.

4.8 O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

4.9 A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

4.10 Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria solicitante, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência deste contrato será de xxxxx (xxxxxxx) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

6.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

6.1.2 Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

6.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

6.1.4 Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias à prestação dos serviços.

6.1.5 Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

6.1.6 Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

6.1.7 Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

6.1.8 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

6.1.9 A Prefeitura Municipal de Fátima - TO, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

6.1.10 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.11 Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

6.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.2.1 Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Credenciante;

6.2.2. Executar os serviços conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

6.2.3 Executar os serviços no prazo e local estabelecidos nesse Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao uso, garantia ou validade;

6.2.4 Responsabilizar-se pela qualidade e durabilidade do resultado dos serviços executados;

6.2.5 Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria e Fundo solicitante, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

6.2.6 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Fátima – TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

6.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.2.8 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

6.2.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Fátima - TO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

6.2.10 Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com manutenção e reparo de materiais e equipamentos próprios, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome do Município de Fátima - TO;

6.2.11 Comunicar à Prefeitura do Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.12 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Fátima - TO;

6.2.13 Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

6.2.14 Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;

6.2.15 Emitir e apresentar certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Sefaz do Estado do prestador), Receita Municipal (emitida no município do prestador), Trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;

6.2.16 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Fátima - TO através da Secretaria de Educação e Fundos Municipais, cujas reclamações se obriga a atender;

6.2.17 Prestar ao Município de Fátima - TO (CREDENCIANTE) esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do credenciamento;

6.2.18 Comunicar ao Município de Fátima - TO (CREDENCIANTE), por escrito, mudança de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo;

6.2.19 Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Administração do Município de Fátima - TO, atendendo às suas normas e diretrizes;

6.2.20 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;

6.2.21 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

6.2.22 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento;

6.2.23 Qualquer dano causado ao patrimônio do Município de Fátima - TO decorrente de culpa e/ou dolo do Credenciado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, na execução dos serviços, será ressarcido pelo Credenciado, que será responsabilizado pelo



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste contrato.

CLAUSULA VII – DAS SANÇÕES

7.1 O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4 A sanção prevista na letra "a" do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra "a" do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.5 A sanção prevista na letra "b" do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

7.6 A sanção prevista na letra "c" do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 A sanção prevista na "d" do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "h", "i", "j", "k" e "l" do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra "c" do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

7.8 A sanção estabelecida na letra "d" do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

7.9 As sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra "b" do item 7.2 (multa) deste contrato.

7.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11 A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.12 Na aplicação da sanção prevista na letra "b" do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.13 A aplicação das sanções previstas nas letras "c" e "d" do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.14 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.15 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.16 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

7.17 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

8.1 A extinção do presente Contrato poderá ser:

- a)** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b)** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c)** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1 O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante do Município de Fátima - TO.

CLAUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

13.1 O Município de Fátima - TO encaminhará para publicação o extrato deste Contrato no Diário Oficial do Município até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

CLÁUSULA XV – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.1 As despesas decorrentes do presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias própria, previstas no orçamento do Município de Fátima - TO para o exercício



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO**

de 2026, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

Dotação Orçamentária	Elemento da Despesa	Ficha	Fonte
.....

CLÁUSULA XVI – DO FORO

16.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Porto Nacional - TO, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Fátima - TO, xxx de xxx de 2026.

JOSÉ ANTONIO SANTOS ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FÁTIMA – TO
Francisca Joilma Patrício Farias Andrade
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Maria Eunice Rodrigues Amorin
CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Gerbson Cleyto Pereira Alves
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
CNPJ/MF: xxxxx
REPRESENTANTE
CREDENCIADO



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026

ANEXO III – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Fátima - TO

DADOS CADASTRAIS			
Nome empresarial:			
Endereço:		Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):		

xxxxxxxxxx, conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu **credenciamento de prestadores de serviços terceirizados “pessoas jurídicas”, para prestação de serviços de MECÂNICOS EM VEÍCULOS AUTOMOTIVOS LEVES E PESADOS, TORNO E SOLDA, ELETRICISTA AUTOMOTIVO, SISTEMAS DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS DE PORTE LEVE E PESADOS, LANTERNAGEM E PINTURA EM GERAL E ESTOFAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS para atendimento as demandas do Município de Fátima – TO, Secretaria Municipal de Educação e Fundos Municipais, conforme quantidades, discriminação, especificações e condições previstas no Termo de Referência.**

DECLARA, para os devidos fins:

1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;

2) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº xxxx/2025, acatando-as em sua totalidade;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO

4) QUE tem conhecimento dos fornecimentos para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;

5) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;

6) **QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados no Anexo I – Termo de Referência;**

7) QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, de equipamentos e materiais apropriados para a execução dos serviços e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos serviços.

8) E que será prestadoras dos seguintes itens;

ITEM	ESPECI. TECNICA	UND	SOCIAL	SAÚDE	ADM	EDUCAÇÃO	QNT	ESTIMADO	TOTAL
1	Serviços de Torno e solda	HR	10		120	100	230	185	R\$ 42.550,00
2	Serviços de Elétrica veículo pesado	HR			80	100	180	190	R\$ 34.200,00
3	Serviços de ar condicionados automotivos de porte leve	HR	15	30	50	80	175	168,33	R\$ 29.457,75
4	Serviços de ar condicionados automotivos de porte pesado	HR			60		60	178,33	R\$ 10.699,80
5	Serviços de Elétrica veículo leve	HR	15	15	25	25	80	181,67	R\$ 14.533,60
6	Serviços de mecânica veículos leves	HR	30	30	30	30	120	206,67	R\$ 24.800,40
7	Serviços de mecânica veículos pesados	HR			350	500	850	233,33	R\$ 198.330,50
8	Serviços de Funilaria e Lanternagem	HR	20	30	50	50	150	176,67	R\$ 26.500,50
9	Serviços de Reforma estofamento veicular	HR			30	75	105	176,67	R\$ 18.550,35
			90	105	795	960	1950		R\$ 399.622,90

Obs; a empresa não será obrigada a se credenciar em todos os itens;

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do interessado